

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/27558	35935/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM - “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA).

Empreitada: Lote 4 – Luminárias de jardim I

Preço Base: €485.504,02 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatro euros e dois cêntimos).

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS - Lote 4 – Luminárias de jardim I

ASSUNTO: Aprovação da adjudicação da empreitada e aprovação da minuta do contrato.

Proposta: Submete-se para aprovação, a adjudicação da empreitada, correspondente ao **Lote 4 – Luminárias de jardim I**, ao concorrente em **Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda**, pelo valor de **€354.667,88** (trezentos de cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete



euros e oitenta e oito cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 65 dias**, de acordo com a informação que consta no Relatório Final em anexo.

Simultaneamente, submete-se para aprovação a minuta do contrato, que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA);

Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas

Lote 4 – Luminárias de Jardim I

Preço Base: €485.504,02 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatro euros e dois cêntimos).

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 24/07/2025, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório
Praça Municipal 4704 - 514 BRAGA - tel.: 253 616060- e-mail: contratacao.empreitadas@cm-braga.pt



final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **3530/2025**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 30, de 12 de fevereiro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

I – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

No âmbito da empreitada supramencionada e em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes que apresentaram proposta para o **Lote 4 – Luminárias de Jardim I**, o respetivo relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido, foram rececionadas as reclamações, que se anexam, apresentadas pelos seguintes concorrentes:

- **CUNHA BASTOS, LDA;**

- Agrupamento: **IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.**

II. ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES APRESENTADAS:

II.I. CUNHA BASTOS, LDA:

- A reclamação do concorrente Cunha Bastos, Lda, que se anexa, traduz-se genericamente no seguinte:

1 - Este concorrente solicita a exclusão das propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes:

- a) - **Agrupamento I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda. e Linhas Prateadas, Lda**, por não apresentação dos equipamentos em conformidade com as especificações técnicas de acordo com os requisitos e especificações do caderno de encargos;
- a) - **Sociedade Ibérica de Construcciones Eléctricas**, por não apresentação dos equipamentos em conformidade com as especificações técnicas de acordo com os requisitos e especificações do caderno de encargos;



II.I.I. Decisão do júri:

Analizado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, foram tecidas as seguintes conclusões:

1.a) – Relativamente à proposta do concorrente **Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda. e Linhas Prateadas, Lda.**,

O júri ponderou as observações efetuadas pelo reclamante e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos seguintes motivos:

- A corrente de alimentação no LED, exigida nas peças do procedimento é de no máximo 700mA. De acordo com a declaração emitida pelo fabricante, anexa ao Relatório Fotométrico apresentada pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda, é atestado que a medição realizada não é no LED, mas sim á saída do Driver, pelo que é entendimento do júri que são cumpridos os requisitos definidos nas peças do procedimento.

2. a) - Os elementos apresentados pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda, relativamente às luminárias propostas para o concurso não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos restantes pontos reclamados.

Assim, é entendimento do júri manter a admissão da respetiva proposta.

1.b) – Relativamente à proposta do concorrente **Sociedade Ibérica de Construcciones Eléctricas**, o júri ponderou as observações efetuadas pelo reclamante e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos seguintes motivos:

- A corrente de alimentação no LED, exigida nas peças do procedimento é de no máximo 700mA. De acordo com a declaração emitida pelo fabricante, anexa ao Relatório Fotométrico apresentada pelo concorrente Sociedade Ibérica de Construcciones Eléctricas, é atestado que a medição realizada não é no LED, mas sim á saída do Driver, pelo que é entendimento do júri que são cumpridos os requisitos definidos nas peças do procedimento.



2. b) - Os elementos apresentados pela Sociedade Ibérica de Construcciones Eléctricas, relativamente às luminárias propostas para o concurso não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos restantes pontos reclamados.

Assim, é entendimento do júri manter a admissão da respetiva proposta.

II.II. A reclamação do concorrente Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda, que se anexa, basicamente traduz-se na conclusão que a seguir se transcreve:

“...52. A Reclamante apresentou o Relatório Fotométrico exigido na al. l) do n.º 1 do citado Artigo 13.º do Programa de Concurso que, para o Lote 4 (n.º 1, al. h) daquela alínea l) do Programa de Concurso com a sua proposta.

53. Em sede de prestação de esclarecimentos, a Reclamante esclareceu as dúvidas existentes quanto à emissão do Relatório de Fotometria por laboratório acreditado, de acordo com a norma EN 13032, tendo aí referido que a Tochlighting é a entidade responsável pela produção física das luminárias ZIL4001A, sob regime ODM; e a SOLARLUX, Lda. é a entidade legalmente responsável pela certificação, comercialização, e pela conformidade CE e ENEC no espaço europeu.

54. Tendo ainda feito acompanhar o seu esclarecimento de uma Declaração da Shenzhen Tochlighting Technology Co., Ltd., operada, como se sabe, pela Shenzhen Lepower Opto Electronics Corp., Ltd., laboratório acreditado pela CNAS (acordo ILAC-MRA), conforme a norma EN ISO/IEC 17025:2017 e EN 13032-1, tudo de acordo e com respeito pelo disposto no art.º 72.º, n.º 3, al. a) do CCP, já que se limitou a comprovar com tal junção a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da sua proposta.

55. A dita Declaração da Shenzhen Tochlighting Technology Co., Ltd., operada pelo laboratório Shenzhen Lepower Opto Electronics Corp., Ltd desde 2021, foi assim assinada e carimbada por aquela.

56. Pelo que, admitir a exclusão de uma proposta apenas com base na ausência de “correspondênciográfica” entre o Relatório Fotométrico e o nome do indicado laboratório, constitui um



formalismo excessivo que não respeita os então princípios da legalidade, da concorrência, proporcionalidade, e da prossecução do interesse público.

57. Bem como, admitir a exclusão de uma proposta, num formalismo excessivo, contrário ao espírito da contratação pública e à verdade material, em prol da aceitação de outra, que padecendo de diversas irregularidades, tem um preço mais elevado, num concurso cujo único critério de adjudicação é o preço, corresponde à violação do princípio da igualdade de tratamento.

58. Impondo-se assim a elaboração de um novo Relatório Preliminar que determine a readmissão da proposta da concorrente composta pelo Agrupamento IELAC – Instalações Especiais, Lda. e AntónioManuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda. e exclusão da proposta das concorrentes I-Sete e Linhas Prateadas, e consequente adjudicação da empreitada àquele Agrupamento por, estando-se perante o critério de adjudicação Monofator, esta se apresentar como a proposta com o mais baixo preço e assim economicamente mais vantajosa.”

II.II.I. Decisão do júri:

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, foram tecidas as seguintes conclusões:

- 1- Os documentos apresentados pela reclamante bem como os esclarecimentos prestados, relativos ao documento solicitado no Programa do Concurso, artigo 13.1 I) 1.h) - “Relatório de Fotometria emitido por laboratório acreditado, de acordo com a Norma 13032....” não cumprem os requisitos solicitados nas peças do procedimento, pelo que, **é entendimento do júri manter exclusão da proposta** apresentada pelo concorrente em Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.
- 2- Os elementos apresentados pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda, relativamente às luminárias propostas para o concurso não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos pontos reclamados, pelo que, **é entendimento do júri manter a admissão da proposta** apresentada pelo concorrente em Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.

II – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:



Face ao supramencionado, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.	€354.667,88	65 dias
2.º	Sociedade Ibérica de Construcciones Eléctricas	€429.786,48	65 dias
3.º	Cunha Bastos, Lda.	€443.700,00	65 dias
4.º	Agrupamento: Amener - Eficiência Energética, S.A. e Faixa Vertical – Unipessoal, Lda.	€480.492,50	65 dias

IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€354.667,88 (trezentos de cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 65 dias**.

I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação dos compromissos n.º 128244 e n.º 128290, ambos de 25/08/2025.

I.2 – Caução

Não é exigida a prestação da caução.

Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, serão retidos 10% dos pagamentos a efetuar.



I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

1 de setembro de 2025

O Júri do Procedimento,

Em anexo:

- Minuta do Contrato;
- Compromisso;
- Relatório Preliminar.



MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.02.25.DMOSM**“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO
CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)” –
LOTE 4 – LUMINÁRIAS DE JARDIM I**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: Sociedades em **agrupamento: I-SETE - INOVAÇÃO SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIA ECOLÓGICA LDA**, pessoa coletiva n.º 507513908, com sede na Rua das Novas Empresas, n.º 237, 4785 - 640 Trofa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € (.....euros, aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:.....e **LINHAS PRATEADAS, LDA, pessoa coletiva 508253543**, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 105, 4560-841 Urrô – Penafiel, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €..... (..... euros), aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:....., Sociedades estas que se apresentaram ao concurso organizadas como agrupamento de empresas, nos termos do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, e que após adjudicação da presente empreitada, se associaram em consórcio externo de responsabilidade solidária, com a denominação “.....”, com sede em tendo como chefe do consórcio.....



....., conforme contrato de consórcio que celebraram entre si, em....., sendo arquivado um exemplar. Sendo as referidas sociedades associadas em consórcio, doravante identificadas por «Empreiteiro».....

Considerando que:.....

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 10 de fevereiro de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;.....
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 93384, de 03/02/2025, retificado em 20/02/2025 e a informação de compromissos n.º, de, e n.ºde.....
- c) No seguimento do Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, correspondente ao **Lote 4 – Luminárias de Jardim I**, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;.....
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;.....
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;.....

____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes ao **Lote 4 – Luminárias de Jardim I**, da empreitada **“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos



que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º

(Local da obra)

____Os trabalhos de empreitada serão executados em várias ruas do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º

(Preço contratual)

____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€354.667,88 (trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

____2. A revisão de preços obedece à fórmula descrita na cláusula 36.º n.º 2 do Caderno de Encargos. _____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____



____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º**(Prazos de execução da empreitada)**

____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **65 (sessenta e cinco) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º**(Cessão da posição contratual)**

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º**(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____



____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º
(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 10.º
(Caução)

____Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o dono da obra procederá à retenção de **10%** do valor de todos os pagamentos a efetuar, a título de caução, nos termos do disposto no n.º 3 ao artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*, conforme previsto no caderno de encargos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa o **Eng. Rúben Alves**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____



Artigo 13.º**(Comunicações e notificações)**

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as seguintes informações de contacto: _____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **ruben.alves@cm-braga.pt** _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@i-sete.pt** _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. ____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____



____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus



colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. _____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. _____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. _____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor. _____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

____O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____





SOA A FUTURO.

MUNICÍPIO DE BRAGA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)

